



Eixo Temático

Educação do Campo e Políticas Públicas

Título

“A ESCOLA ESTÁ NO CAMPO, MAS NÃO TEM UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO”
- A POLÍTICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM FEIRA DE SANTANA:
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Autor(es)

Rosângelis Rodrigues Fernandes Lima

Instituição

Faculdade Adventista da Bahia - FADBA

E-mail

rosangelislima@hotmail.com

Palavras-chave

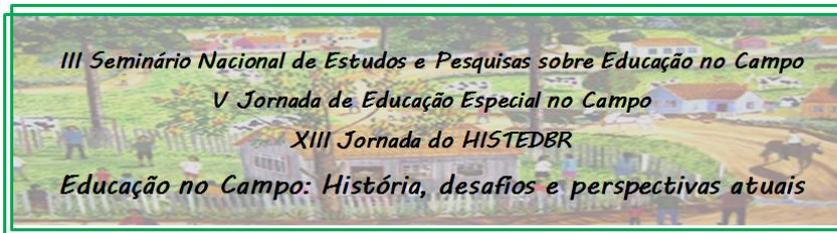
Política Pública. Política Pública da Educação do Campo. Educação do Campo.

Resumo

Este artigo, fruto dos estudos realizados na dissertação intitulada A Política Pública da Educação do Campo em Feira de Santana: entre o dizer e o fazer, no Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana, tem a intenção de problematizar os conceitos e contextos sobre política pública, a política pública educacional e a política pública nacional da Educação do Campo. Traz como questão central para esse diálogo a importância de se conceber a Educação do Campo como espaço de lutas coletivas no contexto de luta pela terra. Objetiva entender que a Educação do Campo está situada no contexto das lutas sociais que cobram do Estado políticas públicas capazes de ir além dos programas já existentes. O texto aponta a necessidade da implementação da política pública da Educação do Campo no município

www.semgepec.ufscar.br

27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



de Feira de Santana, considerando o ser humano do campo como construtor de sua própria história.

Texto Completo

RESUMO

Este artigo, fruto dos estudos realizados na dissertação intitulada A Política Pública da Educação do Campo em Feira de Santana: entre o dizer e o fazer, no Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana, tem a intenção de problematizar os conceitos e contextos sobre política pública, a política pública educacional e a política pública nacional da Educação do Campo. Traz como questão central para esse diálogo a importância de se conceber a Educação do Campo como espaço de lutas coletivas no contexto de luta pela terra. Objetiva entender que a Educação do Campo está situada no contexto das lutas sociais que cobram do Estado políticas públicas capazes de ir além dos programas já existentes. O texto aponta a necessidade da implementação da política pública da Educação do Campo no município de Feira de Santana, considerando o ser humano do campo como construtor de sua própria história.

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública. Política Pública da Educação do Campo. Educação do Campo.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: CONCEITOS E CONTEXTOS SOBRE POLÍTICA PÚBLICA

A inserção do Brasil no contexto da reestruturação produtiva neoliberal tem sido conduzida por uma política educacional fundamentada nas intenções estatísticas que visam “melhorar” a posição do país frente aos organismos internacionais, que são financiadores da política educacional e econômica. A consequência disso é uma política educacional pouco centrada na formação humana dos sujeitos. Na atualidade vivencia-se uma grande correlação de forças em relação aos interesses que conduzem a política educacional: de um lado, os movimentos sociais que defendem os interesses da classe trabalhadora; de outro, os que defendem os interesses do capital. Os movimentos sociais de luta pela terra se organizaram e pressionaram o Estado para a Educação do



Campo tornar-se política pública. Nas últimas décadas observa-se o (re)surgimento das políticas públicas que, para Souza (2006, p. 20- 21), está mais

(...) diretamente relacionado aos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizados, é que, na maioria desses países, em especial os da América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população.

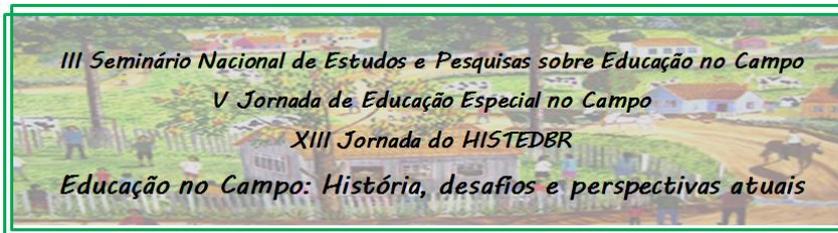
Mas, afinal o que são políticas públicas? Frey (2000) afirma que no campo das ciências políticas costuma-se dividir as abordagens em três grupos. O primeiro é composto por aqueles que fazem o questionamento da ciência política no que se refere ao sistema. No segundo grupo estaria o questionamento político que se refere a análise das forças políticas cruciais no processo decisório. E por fim, no terceiro estão as investigações que podem voltar-se para os resultados que um sistema político produz.

O estudo das políticas públicas, para Frey (2000), centra-se na dimensão da *Polity* – ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico e pela estrutura institucional do sistema político e administrativo; na *Politics* – análise do processo político, o caráter conflituoso sobre conteúdos, decisões e aplicações da ação do governo e na dimensão da *Policy* – conteúdos concretos da política, a configuração dos programas políticos e o conteúdo material das decisões políticas. Já Azevedo (2003, p. 38) define que “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. Nesse sentido, pode-se inferir que política pública está diretamente ligada ao governo e à governabilidade¹.

Souza (2006, p. 26), resume política pública como:

campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

¹ Segundo Oliveira (2012, p. 1) "Entende-se por governabilidade as condições adequadas para que os governos se mantenham estáveis. São essas condições adequadas, enquanto atitudes de governos (sejam eles de âmbito nacional, regional/estadual ou municipal), que caracterizam as políticas."



Então, as ações do governo podem ser amplas ou restritas, centralizadas ou descentralizadas, dependendo da forma como o governo age e empreende suas ações. Num governo oligárquico, as políticas são restritas, de caráter unilateral; já num governo democrático, elas são amplas, de caráter universalista e pressupõe a participação do povo.

Azevedo (2003) sinaliza três tipos de políticas públicas: as redistributivas, que consistem em redistribuição de “renda na forma de recursos e/ou de financiamento de equipamentos e serviços públicos” (Azevedo, 2003, p. 38). As distributivas que implicam nas ações cotidianas que o governo precisa realizar. E, por fim, as regulatórias, que consistem na elaboração das leis que autorizarão os governos a fazerem ou não determinada política pública.

Outra importante questão no que diz respeito às políticas públicas é que, segundo Azevedo (2004, p. 5), são:

definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado em que têm lugar e que por isso guardam estreita relação com as representações sociais que a sociedade desenvolve de si própria.²

Segundo Souza (2006, p. 26), as "Políticas públicas, depois de desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação."

O Estado tem-se utilizado de políticas públicas que podem ser geridas pelo governo, mas há diferença entre políticas de governo e políticas de Estado. As de governo refletem os compromissos e alianças políticas e partidárias do grupo que está no poder. As políticas de Estado refletem o compromisso e superam o poder instituído pelo partidarismo e estão comprometidas com uma ideologia ampla, que pode se traduzir no interesse da nação. No entanto, é relevante salientar que, muitas vezes, as

² Azevedo (2004, p. XIV e XV) pontua que as políticas públicas são ações que guardam intrínseca conexão com o universo cultural e simbólico ou, melhor dizendo, com o sistema de significações que é próprio de uma determinada realidade social. As representações sociais predominantes fornecem os valores, normas e símbolos que estruturam as relações sociais e, como tal, fazem-se presentes no sistema de dominação, atribuindo significados à definição social da realidade que vai orientar os processos de decisão, formulação e implementação das políticas



políticas de Estado estão centradas numa dada concepção de Estado defendida, isso faz com que um determinado conjunto de interesses sociais possa ser, ou não ser atendido.

Pode-se afirmar que no Modo de Produção Capitalista nem as políticas de governo, nem as de Estado são para atender aos interesses das classes menos favorecidas, uma vez que elas não partem das conexões, das reflexões, das ações e, sobretudo, dos fazeres da classe trabalhadora. Nesse sentido, analisando a conjuntura política atual, observa-se que, se por um lado as políticas públicas materializam as ações do Estado mantendo e perpetuando a exploração, beneficiando a minoria em detrimento da maioria; por outro lado, a implementação de políticas públicas populares se contrapõe às atividades do Estado. Vale dizer que é nessa conjuntura de contradições e de lutas dos “contrários” que a política pública nacional da Educação do Campo está inserida.

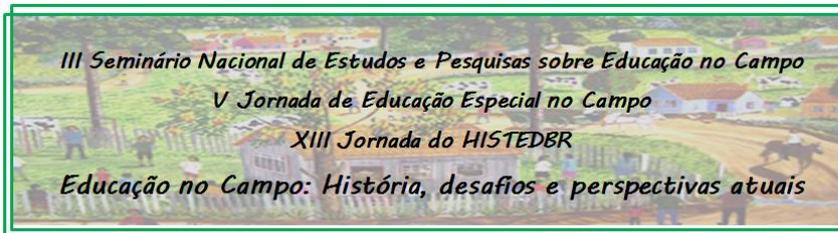
Nessa análise é importante saber como se dá o surgimento de políticas. Para Azevedo (2004, p. 61):

Com efeito, pode-se afirmar que um setor ou uma política pública para um setor constitui-se a partir de uma questão que se torna socialmente problematizada. A partir de um problema que passa a ser discutido amplamente pela sociedade, exigindo a atuação do Estado.

Quando se fala em políticas públicas devem-se considerar as estruturas de poder e de dominação presentes no tecido social, uma vez que tais políticas são pensadas, formuladas, gestadas e implementadas de acordo com as funções e opções ideológicas assumidas por quem está no comando do Estado. Além disso, elas precisam estar de acordo com as diretrizes definidas em lei, principalmente no Plano Plurianual – PPA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que são as grandes peças orientadoras dos investimentos públicos de um período.

O contexto em que as políticas educacionais estão sendo criadas e implantadas é neoliberal, nele o governo inclui as políticas no bojo das funções sociais do Estado. Para Azevedo (2004, p. 8):

A política definida como policy – programa de ação – é um fenômeno que se produz no contexto das relações de poder expressas na politic – política no sentido da dominação – e, portanto, no contexto das relações sociais que



plasmam as assimetrias, a exclusão e as desigualdades que se configuram na sociedade e no nosso objeto.

Ao se falar em política pública educacional, deve-se, conforme assinala Azevedo, (2004, p. 60) compreender que “a mesma articula-se ao projeto de sociedade que se pretende implementar ou que está em curso, em cada momento histórico, ou em cada conjuntura, projeto este que corresponde [...] ao referencial normativo global.”

Assim, Azevedo (2004, p. 59) pontua:

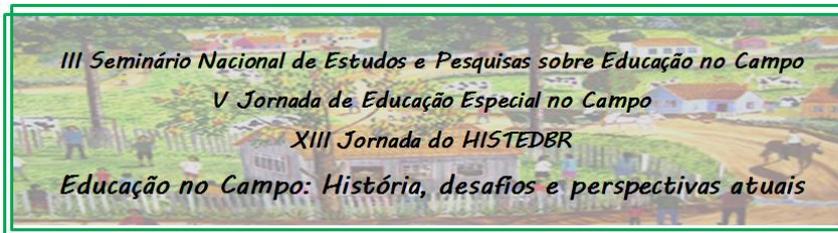
Sendo a política educacional parte de uma totalidade maior, deve-se pensá-la sempre em sua articulação com o planejamento mais global que a sociedade constrói como seu projeto e que realiza por meio da ação do Estado. São, pois, as políticas públicas que dão visibilidade e materialidade ao Estado e por isto, são definidas como sendo o Estado em ação.

Com efeito, pode-se inferir que a educação apresenta, também, a via de estar a serviço dos interesses do grupo dominante opressor em detrimento do grupo dominado, oprimido. Dessa forma, as ideias de Gramsci contribuem para análise e compreensão dessa superestrutura para manutenção de hegemonia ou para criação de uma contra-hegemonia, pois,

O Estado é o complexo das atividades práticas e teóricas com o qual a classe dominante não somente justifica e mantém a dominação como procura conquistar o consentimento ativo daqueles sobre os quais ela governa (GRAMSCI, *apud* CARNOY, 2001, p. 99).

Há contradição da política pública no sistema que se desdobra em duas vias, pois, de um lado traz o direito e do outro, a reprodução do sistema massacrante, alienante, no qual o neoliberalismo com suas ofensivas privatizam e desmobilizam os movimentos sociais e a luta de classes. Behring e Boschetti, (2006, p. 156) afirmam:

a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais - a depender da correlação de forças entre classes sociais e segmentos de classes e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países - em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: *a privatização, a focalização e a descentralização.*



Nesse sentido, a Educação do Campo está situada no contexto das lutas sociais que cobram do Estado políticas públicas capazes de ir além dos programas já existentes. Isso por que uma vez que a política social³ da Educação do Campo está intrinsecamente ligada à natureza do Estado, bem como às pressões que os movimentos sociais fazem em relação a alguns setores do Estado. Cada modelo de Estado corresponde a uma proposta de educação, pois para Gadotti (1984, p. 144) “todo projeto educativo, todo discurso educativo veicula uma imagem de homem, uma visão de homem” que se quer formar.

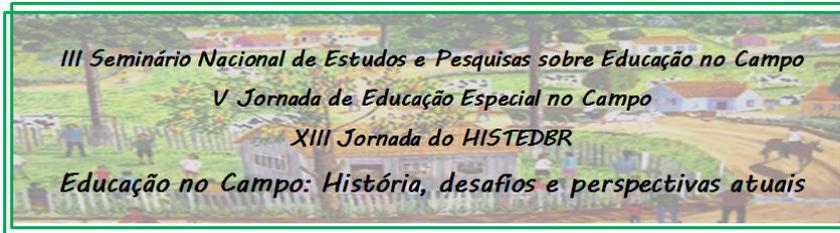
Na sociedade atual verifica-se o elevado grau de desigualdades, pois as políticas públicas no capitalismo não são capazes de reverter esse quadro de desigualdades/disparidades sociais.

A luta por uma Educação do Campo traz essa contradição que indica uma perspectiva de Estado a partir de relações contraditórias de classes. Assim, as políticas sociais que o Estado dispõe para a classe trabalhadora são aquelas em que ele cumpre seu pseudo “papel” social, porém, acaba servindo de estratégia para “acalmar” os ânimos dos grupos sociais mobilizados, favorecendo, sobretudo, a reprodução do capital. Para Paulo Netto (2003, p. 21):

Hoje, mais do que em qualquer outra quadra histórica, é imperativo considerar as determinações de classes constitutivas do Estado. E se vai analisar política social, seus projetos e programas, é preciso considerar a dupla função deste Estado de classe. [...] por uma parte, ele é garantidor de todo o processo de acumulação capitalista; por outra, ele é também um fiador, um legitimador da ordem burguesa.

A relação entre Estado e o modo de produção capitalista pressupõe que o Estado moderno mantém uma relação orgânica com o capital, mas essa relação também implica, ainda que contraditoriamente, limites ao controle do capital. Assim, para Marx e Engels (2007, p. 89), o papel do Estado pode ser compreendido a partir do entendimento de que:

³ Para Paulo Netto (2003, p. 28) “Política social não é encaminhada para resolver problema algum, mas para fazer operar aquela dupla intervenção do Estado burguês: promover a acumulação e a legitimação. Isto significa que as políticas sociais do Estado burguês são incapazes de atender seus objetivos. Mas está longe de significar que elas sejam desnecessária, inúteis ou que devam ser menosprezadas”.



O Estado é a forma sob a qual os indivíduos da classe dominante fazem valer seus interesses comuns, na qual se resume toda sociedade civil de uma época, deduz-se daí que todas as instituições comuns se objetivam através do Estado e adquirem a forma política através dele. Daí, também, a ilusão de que a lei se fundamenta da vontade desgarrada de sua base real, na vontade livre. E, do mesmo modo, o direito é reduzido à lei.

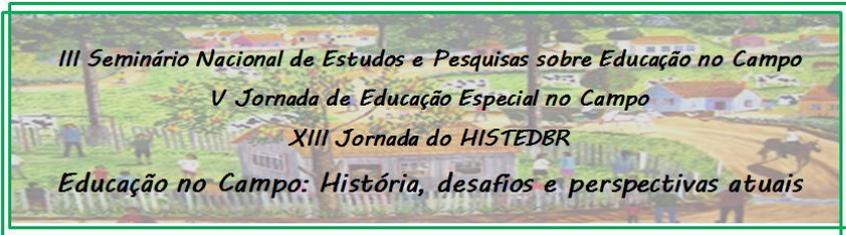
Na perspectiva da teoria marxista, o Estado representa um conjunto de práticas que visa a manutenção do *status quo* de um grupo hegemônico em detrimento das classes trabalhadoras, sem considerar o movimento para superação das contradições sociais e históricas. Isso significa que o Estado capitalista é mecanismo de opressão da classe trabalhadora e mantenedor do poder da classe dos que oprimem, dos exploradores. O Estado tem, no entanto, seus “braços” fortes: a religião, a família, o sindicato; tais instituições criam formas de camuflar a opressão e o controle que legitimam as formas de exploração.

A POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM FEIRA DE SANTANA NO CONTEXTO DE LUTA PELA TERRA

A Educação do Campo como política pública está cercada por uma demanda de questões, uma vez que esta se apresenta como uma dimensão social ampla.

Desse modo, a Educação do Campo, enquanto política social para os sujeitos do campo se concretiza, particularmente no Brasil, como território em disputa, haja vista que os movimentos sociais de luta pela terra pressionaram o Estado, tal fato deu origem à política nacional da Educação do Campo. Mas qual é o modelo de Estado que se tem em vigor? O Estado Capitalista. Qual é o conflito? O conflito, segundo Fernandes (2006), se estabelece entre as concepções de Educação do Campo defendidas. Para o mencionado autor, há um conflito de paradigmas entre a Educação do Campo reivindicada na base dos movimentos sociais e a Educação do Campo enquanto política de um Estado capitalista.

Os movimentos sociais pensaram a Educação do Campo como projeto revolucionário de superação do capitalismo, tanto que se fundamentam no Paradigma da Questão Agrária. Não aceitam o desenvolvimento como exclusividade de um grupo



social. Buscam autonomia dos territórios camponeses. Enquanto o Estado concebe Educação do Campo tão somente no campo da pedagogia, alijado dos processos de luta pela terra. Nessa perspectiva prevalecem as estruturas sociais dominantes. A abordagem refletida sobre Estado e políticas públicas, sobre as contradições que mostram nas resistências dos movimentos sociais do campo refletem que estes têm lutado por políticas sociais. Nesse sentido, a luta pela política pública para a Educação do Campo está nas demandas, nas lutas de tais movimentos. Assim, as políticas educacionais para os trabalhadores do campo são resultados de relações políticas emergidas com o Estado, que nem sempre são voltadas para as lutas da classe de tais trabalhadores.

Nessa conjuntura construída até aqui, pode-se citar que no município de Feira de Santana as questões políticas, econômicas e sociais não diferem do restante do Brasil. De acordo com os dados do Censo Agropecuário (2006), sistematizados pelo Grupo de Pesquisa *A Geografia nas Áreas de Assentamentos Rurais* (GeografAR), do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o município de Feira de Santana possui uma estrutura fundiária marcada por alta concentração de propriedade da terra, com índice de Gini de 0,851. No caso deste município, quando se analisa a questão da espacialização da concentração da terra, os dados revelam que a concentração da propriedade privada da terra é muito forte.

Isto não revela apenas um dado, mas uma realidade social de muitas famílias camponesas. O estatuto da Terra, Lei nº 4.504/64, ao considerar as condições naturais, o tipo de uso e a renda obtida com tal exploração, define o tamanho ideal da propriedade da terra em hectares para cada município. O tamanho específico que foi definido é denominado de módulo fiscal. O módulo fiscal estabelecido para o município de Feira de Santana é de 30 hectares. As propriedades são classificadas de acordo com o módulo fiscal, assim denominadas: minifúndios – as propriedades que têm áreas inferiores a 1 módulo fiscal. Isso em Feira de Santana corresponde a todas as propriedades com dimensões inferiores a trinta hectares; pequena propriedade, consiste no imóvel rural de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais, para o município em estudo, engloba as propriedades que têm entre 30 e 120 hectares; média propriedade – imóvel rural de área compreendida entre 4 e 15 módulos fiscais, 121 a 450 hectares; já a grande propriedade,



corresponde aos imóveis rurais de área superior a 15 módulos fiscais, para Feira de Santana são imóveis com mais de 450 hectares.

Os dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana revelam que, ao longo dessa última década, o sindicato tem travado lutas constantes no que diz respeito à propriedade da terra. Assim, é possível destacar nessa trajetória: o acampamento que os trabalhadores rurais fizeram em frente à Prefeitura Municipal em 2010, na tentativa de obter mais verbas do orçamento público para a agricultura familiar. Destaca-se também a realização de campanhas e seminários em 2011 pelo direito das mulheres trabalhadoras do campo à saúde pública. Ainda neste ano, houve a ocupação dos trabalhadores rurais na Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA, numa luta para obter o crédito emergencial de estiagem. Em 2012, o STRFS, em parceria com o Sindicato dos Produtores Rurais, fez uma manifestação em prol da negociação da dívida do agricultor/agricultora familiar. Vale dizer que ao longo desse processo, o sindicato também tem feito denúncias alegando que existe um descaso do poder público no que concerne à violência que tem ocorrido no campo.

Dentre as últimas conquistas identificadas pelo STRFS, destacam-se: a regularização de várias propriedades rurais que não possuíam escritura e a medição das terras para que os agricultores tenham acesso aos créditos e benefícios do governo. Em 2012, foram realizados 290 cadastros e encaminhados à Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA. Durante o ano de 2013, foram distribuídas 141 escrituras.

Diante das ações apontadas, nota-se que o STRFS não tem se posicionado frente à questão agrária do município. Suas ações alinham-se ao paradigma do Capitalismo Agrário, uma vez que este aceita as políticas desenvolvimentistas e não tensiona as condições de vida no campo. De acordo com os dados referentes às ações empreendidas pelo STRFS, analisa-se que em nenhuma delas a referida representação se posiciona frente à realidade social dos proprietários que vivem em áreas com dimensão inferior à fração mínima da terra em Feira de Santana, que é de 2 hectares. Isto equivale a 68,63% do total de proprietários. Considerando essa realidade, buscou-se compreender a partir da agenda de luta dos coletivos dos movimentos sociais de Feira de Santana, em que medida estes trabalhadores e trabalhadoras que vivem no campo estão inseridos nas

lutas por justiça e equidade social. Abaixo, um quadro sobre as lutas desses coletivos feirenses:

Quadro 01 – Lutas dos coletivos feirenses

Ação	Objetivo	Período
<p>Sem-tetos realizam manifestação e interditam BR-116 Norte.</p> 	<p>Desapropriação de terras da antiga empresa Alimba para a implantação de moradias populares.</p>	<p>06/06/11</p>
<p>Movimentos ocupam Secretaria de Agricultura [BA]</p> 	<p>Denunciar o descaso dos governos estadual e federal para com a Reforma Agrária.</p>	<p>09 a 18/05/11</p>
<p>Ocupar, resistir e produzir: 400 famílias do MST ocupam fazenda improdutiva em Feira de Santana</p> 	<p>Colocar na ordem do dia o debate sobre a Reforma Agrária em Feira de Santana, visto que existem mais cinco áreas improdutivas em locais próximos ao novo acampamento. A ocupação teve o apoio de diversos outros grupos e movimentos sociais de Feira de Santana e do Acampamento Estrela Vive na Fazenda do Mocó. Manter a área preservada é um dos objetivos do MST.</p>	<p>02/04/11</p>

I Seminário: Lutas Sociais em Feira de Santana



O Seminário Lutas Sociais em Feira de Santana é um evento realizado para reunir historiadores, memorialistas, estudantes universitários e do ensino médio, movimentos sociais e comunidade feirense no intuito de divulgar pesquisas e buscar/levantar meios para novas produções sobre a cidade. Este Seminário é um dos esforços que se esboçam do Laboratório de História e Memória da Esquerda e Lutas Sociais para satisfazer uma das suas necessidades e da comunidade local no acesso ao conhecimento produzido sobre Feira de Santana.

07 a
 09/04/10

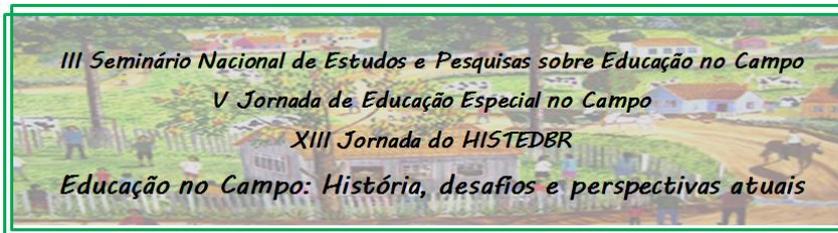
Casa da resistência: um centro social ocupado a serviço das lutas populares



No dia 28 de abril, militantes do Coletivo Quilombo ocuparam uma casa abandonada, há cerca de 20 anos, no centro da cidade de Feira de Santana. O objetivo geral da ocupação é construir um espaço para a articulação das lutas populares na cidade. Diversos projetos devem funcionar no espaço ocupado, alguns deles já estão sendo iniciados, como o “Círculo de Leitura Luís Antônio Santana Bárbara” um espaço aberto dedicado ao debate, à formação política e à educação popular, a “Biblioteca Social Lucas da Feira”, aberta para consultas e empréstimos, a “Oficina de Teatro Solano Trindade” e o “Espaço George Américo” onde já acontecem diversas reuniões e plenárias do Coletivo Quilombo e de outras instâncias.

28/04/09

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Blog Feira de Todas as lutas. Disponível em <http://feiradetodasaslutas.wordpress.com/category/lutas/> Acesso em 22/11/2013.



Os dados apresentados no quadro acima indicam uma reação da sociedade em relação à condição de exclusão social à qual esses trabalhadores se encontram historicamente submetidos. Tais ações resultam de processos sócio-históricos produzidos desde a colonização das terras que deram origem ao município de Feira de Santana, que por sinal, originou-se de um latifúndio.

As grandes manifestações dos movimentos sociais em Feira de Santana têm dado na defesa da moradia urbana. Vale destacar que nos anos 1980 e 1990, muitas áreas urbanas foram ocupadas por uma grande quantidade de pessoas sem teto e que, na sua origem foram “expulsas” do campo, por não terem acesso à propriedade da terra. Pode-se citar como exemplo desses movimentos populares, o movimento de ocupação e resistência do antigo campo de Aviação de Feira de Santana, que foi regularizado com o nome de Conjunto George Américo.

Na atualidade, segundo dados do IBGE (2010) apenas 20% da população de Feira de Santana vive no campo. Isto pode explicar o fato de que, nas últimas décadas, a principal ação dos movimentos sociais esteve centrada na luta por moradia na cidade. Isto por que campo e cidade não se excluem, mas são sínteses de uma mesma totalidade.

OS CAMINHOS PERCORRIDOS E AS REFLEXÕES DA PESQUISA

Partindo desse contexto analisado, para coletar os dados da pesquisa de campo foram realizadas oito entrevistas, contemplando os seguintes sujeitos: uma diretora escolar, quatro professoras, duas líderes comunitárias e uma coordenadora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação - SME, no período de setembro a novembro de 2013. As perguntas⁴, divididas em nucleares e complementares, foram elaboradas para responder aos objetivos e aproximar-se dos sujeitos que fazem parte da Educação do Campo, a fim de conhecer a participação e o grau de conhecimento de tais sujeitos sobre a política pública da Educação do Campo no município de Feira de Santana, sobretudo na Escola Municipal Rosa Maria Esperidião Leite, no Distrito da Matinha dos Pretos.

⁴ Neste artigo, buscou-se contemplar somente a primeira pergunta da entrevista.



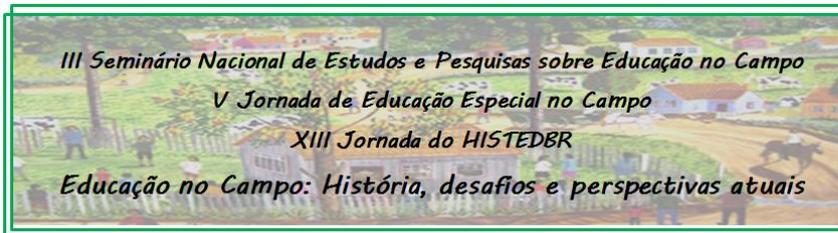
Ao entrevistar os participantes, perguntou-se: O que você pensa da implementação da política pública nacional da Educação do Campo em Feira de Santana e na sua escola?

Eu acho assim, que a escola está no campo, mas não tem uma Educação do Campo. Eu acho que a gente precisa pensar em um currículo que venha atender a realidade dessa população, porque eu acho muito distante o currículo. Porque o currículo, na verdade, é padrão tanto para zona rural quanto para zona urbana. Então eu acho que deveria ser diferenciado, ter um olhar diferenciado para população rural. Porque eu acho um público carente em vários aspectos, que não deve ser igualado com a população da cidade. Eu acho que deve, precisa e isso é para ontem. Deve ter um currículo específico para escola do campo (DIRETORA).

A fala da diretora sinaliza que a escola está no campo, mas que não tem uma Educação do Campo. Ela aborda a necessidade de se pensar em um currículo que atenda às necessidades da população do campo. Assim, ao se falar de currículo na Educação do Campo é sair de uma visão única de conhecimento, de modos de pensar, de ciência, uma vez que o currículo é um processo que se constrói nas práticas do cotidiano escolar. Ele deve, portanto, ser aberto aos conteúdos e pautado no diálogo de conhecimentos e processos de formação. Nesse sentido, o currículo da escola do campo busca trabalhar o território, a terra e a cultura, uma vez que estes são espaços e símbolos de identidade dos sujeitos do campo.

Eu acho que é importantíssimo que ela aconteça de fato, porque até agora a gente ainda não tem, não teve muita coisa nesse sentido. Eu acho que é necessário, que a gente precisa valorizar mais essa cultura, a comunidade, buscar trabalhar de modo que eles permaneçam no campo. Porque hoje a gente tem uma educação, uma escola muito semelhante à escola da zona urbana e eles mesmos já não querem mais se reconhecer pertencentes à comunidade rural. Acho que a gente precisa resgatar e implementar o quanto antes uma política voltada para a educação do campo, porque até então acredito que não exista (PROFESSORA 01).

Esta professora considera de grande importância que realmente a Educação do Campo aconteça na sua escola e sinaliza, sobretudo, a necessidade de valorizar mais a cultura local, uma vez que para ela os alunos não “querem mais se reconhecer pertencentes à comunidade rural”. Vale salientar que a escola traz implícita em sua dinâmica a questão da cultura com seus ritos, práticas e gestos, buscando sempre a reelaboração de saberes. Quanto à questão de pertencimento, a escola do campo



necessita trabalhar os processos de percepção e formação de identidades, para que os sujeitos tenham uma visão de si mesmos e da sociedade, veja-se como camponês, trabalhador, estudante da escola do/no campo.

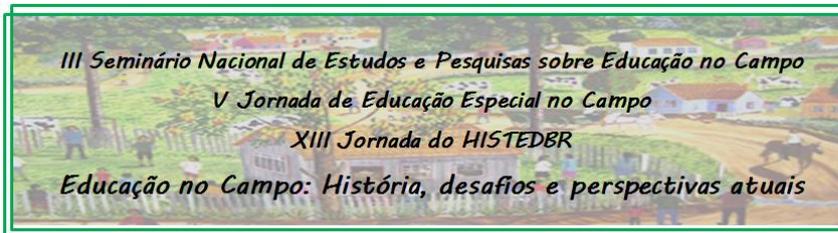
Bom, nós ainda não tivemos acesso a isso. Então, nós não sabemos exatamente quais são as propostas que estão aí, que estão pra vir. O que a gente sabe é que o currículo atual não contempla a Educação do Campo. A gente tem que seguir aquele que é uniforme, ele é homogêneo. Então acaba que as diversidades, elas não são contempladas nisso aí. Então assim, até o momento não se fez ainda uma discussão pra gente ficar a par realmente e participar, que eu acho que nós deveríamos ser envolvidos neste processo, uma vez que nós já estamos trabalhando no campo, lidando com todas as adversidades que tem aqui (PROFESSORA 03).

A fala da professora revela a necessidade de se construir um currículo que contemple a heterogeneidade e as diversidades da escola do campo. Assim, compreender os processos históricos e sociais desses sujeitos é uma tarefa da escola do campo, uma vez que a mesma busca situar suas ações no diálogo que contemple a diversidade e que amplie o campo do conhecimento e da formação, mobilizando-se para a desconstrução de um currículo fixo, estanque e homogêneo.

A líder comunitária 02 também expressou o desejo da política pública nacional da Educação do Campo ser implementada em Feira de Santana e sinaliza a necessidade de se partir para a prática, para a efetivação.

Eu penso que essa política pública ela deve ser implementada e além de ser implementada, de ir para a prática, não é? Porque na verdade, há muitos anos a gente fala de ver a política pública de Educação do Campo e, no entanto eu vejo e percebo que a Educação ainda não está a Educação do Campo, está a Educação no Campo, porque ainda continua o método tradicional das escolas tradicionais. Aquela coisa monótona, no contexto geral. Então não tem ainda uma linha específica para tratar da Educação no Campo que seria falar com, ver com as... Seria ver um projeto completo aonde viesse contemplar esse desejo e essa necessidade da Educação no Campo.

Observa-se nas falas da diretora, das professoras e da líder comunitária alguns pontos em comum e relevantes. O primeiro é que existe uma escola no campo, mas não existe uma Educação do Campo. Isso posto, traz à tona a reflexão de que o termo **do campo** na expressão **Educação do Campo** se faz necessário para delimitar as práticas pertinentes à educação, sobretudo a educação que acontece no/do campo. Mas, essa



adjetivação deve estar intrínseca ao ato político, ligada às lutas sociais de afirmação dos direitos dos sujeitos que vivem no/do campo.

A Resolução n. 2, de 28 de abril de 2008, que estabelece as Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o desenvolvimento de Políticas Públicas para a Educação Básica do Campo, definem claramente o que é Educação do Campo e a quem mesma se destina em seu artigo 1º:

A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.

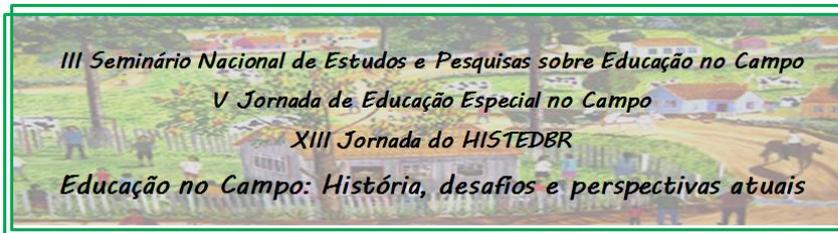
Assim, é necessário conceber uma educação básica para o campo, com propostas e projetos voltados para os interesses e desenvolvimentos dos sujeitos que vivem, trabalham e sobrevivem no campo. Tais propostas e projetos podem considerar as diferenças históricas e culturais de tais sujeitos.

O conceito atual de Educação do Campo deriva de um olhar crítico sobre o papel do campo, uma vez que este pode ser reconhecido também como espaço de democratização. Os sujeitos que vivem no campo anseiam ser reconhecidos como sujeitos de histórias e sujeitos de direitos. Assim, não basta ter somente escolas no campo, se faz necessário ter **escolas do campo**, escolas comprometidas com os desafios, com as intempéries, com a cultura, com a história de sua população.

A Coordenadora da Educação do Campo da Secretaria Municipal de Educação – SME também expressou sua opinião no que diz respeito à existência ou não da política pública nacional da Educação do Campo em Feira de Santana. Sobre isso ela afirma:

Nesse momento não há ainda uma política pública específica para a Educação do Campo. Pelo menos que meus estudos não conseguiram localizar nenhuma que fosse na nossa rede e nada que viesse também enquanto política de estado do nosso município.

Fica evidente que conhecer as legislações que regem a Educação do Campo não implica em sua implementação e quiçá no seu cumprimento. Se faz necessário que o poder público, nesse caso do município de Feira de Santana, faça cumprir o que



determinam as leis e coloque em prática a política pública nacional da Educação do Campo. Nesse sentido, as entrevistas foram revelando o papel da Secretaria de Educação do Município na implementação da política pública nacional da Educação do Campo e as falas foram unânimes em dizer que não vêem tal papel:

Eu não vejo o papel da Secretaria de Educação. Não sei se eu estou sendo drástica, por assim dizer, mas eu não vejo. Ela não tem uma preocupação, ela tem um discurso muito bom, mas essa preocupação precisa ser diferenciada, precisa ser tratada diferente. Então, o que é que a Secretaria faz? (PROFESSORA 02).

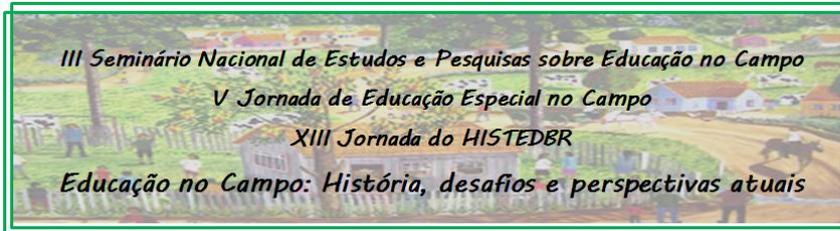
Eu não tenho visto nada com relação à Secretaria de Educação, pelo menos na nossa escola, até o momento, nós não vimos nada, porque ainda não houve providencia nenhuma, não houve nenhum avanço. Nós inclusive esperávamos, porque nós discutimos muito o currículo, sobre a implantação de conteúdos que fosse voltado para Educação do Campo (PROFESSORA 04).

As professoras que estão no “chão da sala de aula” trazem aqui explícita a sua visão/percepção sobre a SME em relação à política pública nacional da Educação do Campo. A SME necessita (re)desenhar o mapa da Educação do Campo e da política pública nacional da Educação do Campo nesse município em relação às ações e diversidades peculiares do paradigma da Educação do Campo construído no seio dos Movimentos Sociais e nas próprias legislações educacionais.

(IN)CONCLUSÕES

A guisa de concluir essa escrita, mas não as reflexões aqui propostas, espera-se que o poder público possa realmente instituir a Educação do Campo no campo em Feira de Santana e a política pública nacional da Educação do Campo, que está amparada pelas legislações com a Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, com a Resolução Nº 2, de 28 de abril de 2008, e com o decreto presidencial sob n. 7.352 de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política Pública da Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, e que ainda não se faz presente nesta comunidade.

Se faz necessário que a Secretaria Municipal de Educação - SME construa um olhar/ação atento sobre a realidade do campo, bem como sobre a Educação do Campo,



sobre suas escolas, com suas dificuldades, com seus desafios no que diz respeito às práticas cotidianas.

A experiência vivenciada nesta pesquisa no âmbito da política pública da Educação do Campo em Feira de Santana, no distrito da Matinha dos Pretos, sobretudo na escola pesquisada, evidenciou que há um caminho laborioso, mas também muito fértil a ser percorrido, com muitas lutas pelos camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadoras, movimentos sociais, comunidade, escola, SME; enfim, por todos os sujeitos que compõem o campo, em prol da implementação da política pública nacional da Educação do Campo de fato no município.

Por fim, esta pesquisadora reitera o compromisso com a Educação do Campo, enquanto processo de emancipação humana e com a luta pela implementação de uma política pública nacional da Educação do Campo que permita aos sujeitos do campo serem de fato emancipados.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004 (Coleção Polêmicas do nosso tempo, vol. 56).

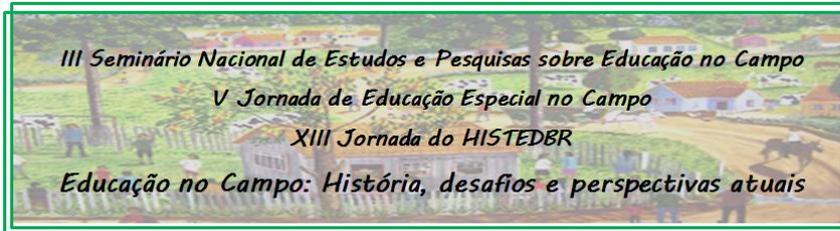
AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social).

BRASIL. **Decreto n. 7.352/2010**. Dispõe sobre a Política Pública de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, 2010.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB n°1, de 03 de abril de 2002.

BRASIL. **Resolução n° 02**. Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília, 2008.



BRASIL. **Lei nº 4.504/64**. Brasília, 1964.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 2ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social).

FERNANDES, B. M. Questão Agrária. In: Sader, Emir; Jinkings, Ivana (Coords.) **Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo, 2006.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, jun. 2000. p. 211-259 Disponível em:
<http://www.en.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158> Acesso em 05 de fevereiro de 2014.

GADOTTI, Moacir. **A educação contra a educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em:
www.ibge.gov.br. Acesso em 21/01/14.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**, 2006. www.ibge.gov.br. Acesso em 04/02/14

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVIERA, Adão Francisco de. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. Disponível em:
<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>. Acesso em 02/01/2013

PAULO NETTO, José. O Materialismo Histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. RIZOTTO, Maria Lucia Frizon (Orgs.). **Estado e políticas públicas sociais: Brasil – Paraná**. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2003, p. 11-28.

Projeto GeografAR, UFBA, 2014. Disponível em:
<http://www.geografar.ufba.br/site/includes/mostra-db-estrutura-fundiaria.php> Acesso em 04 de fevereiro de 2014.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

